



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0010869-22.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **João Reinaldo Antonio**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social Inss**

Alex Ricardo dos Santos Tavares

O autor João Reinaldo Antônio propôs a presente ação contra o réu INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), alegando, em resumo, que sofreu um acidente de trabalho, resultando na redução da sua capacidade laborativa. Assim, pede a concessão do benefício auxílio-acidente, desde a cessão do auxílio-doença, constituindo seu valor em renda mensal igual a 50% do salário-de-benefício.

O réu, em contestação de folhas 33/38, pede a improcedência do pedido.

Réplica de folhas 66/71.

Laudo Médico Pericial de folhas 89/93.

É o relatório. Fundamento e decido.

O auxílio-acidente tem natureza indenizatória. Trata-se de benefício concedido ao segurado que, após sofrer acidente de qualquer natureza, inclusive de trabalho, passa a ter redução na sua capacidade de trabalho.

Com efeito, a perícia médica concluiu “não há redução ou comprometimento da capacidade funcional laborativa do autor ao exercício da função de marceneiro.” Confira: folhas 92, item V, quesitos ao autor, número 4.

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Condene o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 500,00, ante a inexistência de

0010869-22.2013.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****Rua Sorbone 375, . - Centreville****CEP: 13560-760 - São Carlos - SP****Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br**

complexidade, com atualização monetária e juros de mora a contar da publicação da presente, observando-se, contudo, os benefícios da gratuidade processual. P.R.I.C. S. C., 05/03/2015 **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA